



ENQUE	ГА	

Data 28/03/2020		oposição 7 927/2020		
		tor Ramos (PL/AM)		Nº do prontuário
1 Supressiva	2. 🗆 Substitutiva	3. X Modificativa	4. □ Aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
O 83° do a	rt. 4º da Medida Pro	visória 927, de 22 de :	marco de 2020 pas	ssa a vigorar com

a seguinte alteração:

| Art. | 4 | ٥ |
 |
|------|---|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | | |
 |

§3º Durante o período de vigência do Decreto de Calamidade Pública em decorrência da pandemia de coronavírus poderá o empregador negociar livremente com o empregado, por meio de ajuste individual, reequilíbrio no contrato de trabalho com redução de salário proporcional à jornada desempenhada, bem como os demais termos estabelecidos na relação, respeitado o salário mínimo. (NR)'

§40. Nos casos de redução de jornada e salário previstos no parágrafo anterior, o trabalhador receberá por meio de recursos do FAT a diferença entre o novo valor acordado com o empregador e o que receberia a título de seguro-desemprego, na hipótese daquele valor ser inferior a este.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta visa assegura melhor estabilidade econômica para a Empresa e por consequência, estabilidade de empregos durante a vigência do Decreto de Calamidade Pública, permitindo que as atividades do empregador se mantenham, mesmo que de forma reduzida durante este período, bem como o empregado podendo reduzir sua jornada de trabalho, desonerando menos seu empregador, mas ainda podendo manter sua renda com recursos do FAT.

Faz sentido o trabalhador receber a diferença entre o novo valor acordado com o empregador e o que receberia a título de seguro desemprego apenas se o novo salário acordado for menor do que o valor que receberia a título do seguro desemprego.

Sala da Comissão, 28 de março de 2020.

Deputado Marcelo Ramos